



**APROVADA**

**ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2021**

1  
2  
3  
4  
5 No vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 9h20, é  
6 declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Ordinário do Conselho Municipal de  
7 Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, por  
8 videoconferência, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do  
9 Coronavírus/Covid-19, presidido por Eduardo Paysan Gomes, que coloca para deliberação os  
10 seguintes itens da pauta: **APROVAÇÃO DAS ATAS; DEMANDAS DAS COMISSÕES**  
11 **SOCIOPEDAGÓGICAS (INSCRIÇÃO DE PROGAMAS E CURSOS - OAF E ESPRO;**  
12 **REGISTRO DE ENTIDADES); DEMANDA DAS COMISSÕES CONJUNTAS**  
13 **JURÍDICA E ALTERAÇÃO DA LEI DO CONSELHO TUTELAR**  
14 **(ENCAMINHAMENTOS DAS REUNIÕES); DEMANDA DA COMISSÃO DE**  
15 **POLÍTICAS PÚBLICAS (ENCAMINHAMENTOS DAS REUNIÕES); DEMANDA DA**  
16 **COMISSÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA (ENCAMINHAMENTOS DAS REUNIÕES);**  
17 **DEMANDAS DO GT - ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E**  
18 **ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA (ENCAMINHAMENTOS DAS**  
19 **REUNIÕES); DEMANDAS DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE**  
20 **CUIDADO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU**  
21 **TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA (ENCAMINHAMENTOS DAS REUNIÕES);**  
22 **APRESENTAÇÕES - PROGRAMA MAIS VIDA, NAP E PPCAAM E INFORMES**  
23 **GERAIS.** *Participam do pleno na condição de conselheiras(os): Eduardo Paysan Gomes*  
24 *(Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre*  
25 *Drogas); Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha e Márcia de Souza Costa Melo*  
26 *(Gabinete do Prefeito); Catarina de Santana Silva (Fundação Fé e Alegria); Maria de Lourdes*  
27 *de Sousa e Larissa Torres Gomes (Casa Menina Mulher); Maria do Socorro da Conceição*  
28 *Moura Pessoa (Secretaria de Finanças); Juliana Accioly Martins Nascimento (Centro Dom*  
29 *Helder Câmara de Estudo e Ação Social-CENDHEC); Fabíola Maria Santiago de Farias*  
30 *(Procuradoria Geral do Município); Bárbara Elias de Souza Cabral e Mirele da Silva Barros*  
31 *(Escola Dom Bosco-Inspetoria Salesiana do Nordeste); Eliane França da Silva (Gabinete de*  
32 *Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop); Hemi Monique Vilas Boas de*  
33 *Andrade (Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE); Aldenice Coelho de*  
34 *Souza (Lar Presbiteriano Vale do Senhor); Maria de Fátima Lira Menezes (Associação de*  
35 *Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade -*  
36 *APABB); Cláudia Soares Magalhães Ribeiro Freitas (Secretaria de Saúde); as(os)*  
37 *convidadas(os) Felipe Barros (Núcleo de Acolhimento Provisório - NAP); Marcella Glasner*  
38 *Cardoso (Mais Vida); Ediane Isidório (PPCAAM-PE); os representantes da sociedade civil e,*  
39 *ainda, os(as) técnicos(as) do COMDICA, Ieda Accioly, Aurely Macedo e Roberta Sartori*  
40 *(Sociopedagógico); Carlos Silva e Fabiana Cabral (Prestação de Contas); Thayná Lira*  
41 *(Financeiro); Angélica Oliveira de Araújo e Luiz Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a*  
42 *secretária executiva, Simone Melo.* O presidente Eduardo inicia o pleno agradecendo a  
43 presença de todas(os) e informa a ordem do dia. **Em regime de votação, o mesmo coloca**  
44 **para análise e aprovação as atas dos dias 29/06/2021 e 07/07/2021. As referidas ATAS**  
45 **SÃO APROVADAS PELO COLEGIADO.** Dito isto, o pleno segue com a apresentação das  
46 demandas da Comissão Sociopedagógica. A técnica Ieda apresenta a solicitação de inscrição de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

47 curso de aprendizagem profissional da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), localizada na  
48 RPA 01, que tem como eixo principal de atuação a orientação e apoio sociofamiliar,  
49 aprendizagem e profissionalização. A instituição pede deferimento do Curso de Auxiliar de  
50 Escritório (CBO: 411005), diz a técnica. A mesma acrescenta que o curso tem previsão para  
51 iniciar no 2º semestre de 2021; que a duração será de dezesseis meses; que o público atendido  
52 compreende adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, e que a carga horária é de 1.280 horas-  
53 aulas. Entre os recursos humanos envolvidos estão um auxiliar administrativo, uma psicóloga,  
54 um assistente social, quatro educadores, uma coordenadora de projeto e um assistente de  
55 recursos humanos. Ieda coloca que a instituição faz atendimento as famílias e que entre os  
56 objetivos estão contribuir para a qualificação profissional de jovens e adolescentes, de modo a  
57 favorecer a sua inclusão no mercado de trabalho; fortalecer a relação teoria-prática de forma  
58 interdisciplinar; estimular a permanência dos jovens na escola, demonstrando a importância do  
59 conhecimento na formação da Cidadania e, ainda, proporcionar o contato com o exercício  
60 profissional dentro dos padrões de competência técnica e ética. Entre as atividades  
61 desenvolvidas estão o atendimento ao público, clientes e a chamadas telefônica; arquivamento  
62 de documentos; manter atualizada a agenda telefônica; realizar operação de equipamentos  
63 como calculadoras, copiadoras, fax e computadores e apoiar administrativamente os setores,  
64 diz a técnica. O parecer técnico é pelo deferimento da inscrição do Curso de Auxiliar de  
65 Escritório da OAF e o parecer da Comissão Sociopedagógica acompanha o parecer técnico.  
66 **Em regime de votação, o presidente pergunta se o colegiado aprova o parecer da**  
67 **Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e a solicitação de inscrição do CURSO**  
68 **DE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO DA OAF (CBO: 411005) É APROVADO PELO**  
69 **PLENO.** A técnica Ieda segue com as demandas da Comissão Sociopedagógica e apresenta a  
70 solicitação de registro de entidade da Visão Mundial, localizada na RPA 01, que tem como  
71 eixo principal de atuação a orientação e apoio sociofamiliar e apoio sócio educativo em meio  
72 aberto. Ela afirma que o público beneficiário são crianças, adolescentes e suas respectivas  
73 famílias e que a capacidade anual de atendimento é de 2.720 usuários. O trabalho realizado  
74 com as famílias compreende ações de atenção emergencial durante a pandemia; visitas  
75 domiciliar ou por canais digitais/virtuais e, ainda, apoio e orientação na proteção de crianças e  
76 adolescentes, diz Ieda. Quanto aos resultados alcançados, a técnica informa que duas mil e  
77 duzentas crianças e adolescentes estão desenvolvendo habilidades de proteção; quatrocentos  
78 adolescentes estão fortalecidos nas habilidades para a vida como educação social, financeira e  
79 sociopolítica; sessenta adolescentes estão monitorando as políticas públicas em suas  
80 comunidade e constituição de sessenta comissões de Proteção nas Escolas (CPE). O parecer  
81 técnico é favorável a solicitação de registro e o parecer da Comissão Sociopedagógica  
82 acompanha o parecer técnico. O presidente registra que devido à pandemia não estão sendo  
83 realizadas visitas *in loco*, no entanto, as instituições encaminham fotografias para a verificação  
84 das condições de infra-estrutura do local e que tudo é analisado em comissão para depois ser  
85 submetido ao pleno. **Em regime de votação, o presidente pergunta se o colegiado aprova o**  
86 **parecer da Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e a SOLICITAÇÃO DE**  
87 **REGISTRO DA VISÃO MUNDIAL É APROVADA PELO PLENO.** A técnica Ieda segue  
88 com a apresentação da solicitação de inscrição do Projeto Conexão Escola da instituição Visão  
89 Mundial. O objetivo geral é contribuir para que crianças e adolescentes tenham oportunidades  
90 equitativas de desenvolvimento e proteção e os objetivos específicos são desenvolver  
91 habilidades cognitivas e sócio emocionais de crianças de acordo com o seu ciclo de vida, a  
92 partir de atividades de aprendizagem e autoproteção presenciais e remotas; incrementar



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

93 habilidades para as(os) adolescentes voltadas a sua permanência e progressão escolar,  
94 participação cidadã e política na comunidade local; fortalecer famílias e cuidadores de modo  
95 que intervenham nas questões educacionais e de proteção de seus filhos em suas comunidades  
96 e, por último, promover um ambiente escolar seguro e mais eficiente no desenvolvimento de  
97 capacidades sociais de crianças e adolescentes. Entre os locais para desenvolvimento de  
98 atividades estão espaços físicos conveniados na RPA 03; escolas e creches da Rede Municipal  
99 de Recife; escolas estaduais da RPA 03; escolas comunitárias, diz Ieda. A técnica coloca que  
100 entre os parceiros do projeto estão a Secretaria Municipal de Educação; CRAS's da RPA 03;  
101 organizações de base comunitárias; conselhos de Direito e Tutelares e movimentos e fóruns de  
102 Segurança Pública. Entre os resultados esperados, crianças com acesso e apoio sociofamiliar  
103 sistemático; crianças e adolescentes que participam de iniciativas de alfabetização apoiadas por  
104 bibliotecas comunitárias; crianças e adolescentes fortalecidos em habilidades para a vida;  
105 adolescentes monitorando políticas públicas em suas comunidades; crianças e adolescentes  
106 desenvolvendo habilidades para se proteger e cuidar dos pares na comunidade. O parecer  
107 técnico é favorável a solicitação de inscrição do projeto e o parecer da Comissão  
108 Sociopedagógica acompanha o parecer técnico. **Em regime de votação, o presidente**  
109 **pergunta se o colegiado aprova o parecer da Comissão Sociopedagógica. A resposta é**  
110 **positiva e a SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO PROJETO CONEXÃO ESCOLA DA**  
111 **VISÃO MUNDIAL É APROVADA.** A técnica Ieda segue com as demandas da Comissão  
112 Sociopedagógica e apresenta a solicitação de renovação do programa de socioaprendizagem da  
113 Associação de Ensino Social Profissionalizante (Espro), localizada na RPA 01, que tem como  
114 eixo de atuação apoio sócio educativo em meio aberto e profissionalização. A duração do  
115 programa é de quinze meses; o público alvo são adolescentes e jovens, de 14 a 17 anos e 11  
116 meses; a capacidade de atendimento é de 630 adolescentes e jovens, diz Ieda. Entre os  
117 resultados esperados estão o aumento da renda familiar; a promoção da emancipação pessoal e  
118 familiar e, ainda, novas possibilidades orçamentárias, completa a técnica. A mesma lembra  
119 também que entre os parceiros da Espro para o desenvolvimento do programa estão CRAS,  
120 CREAS, Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS, Ministério do Trabalho,  
121 Superintendência Regional do Trabalho, empresas obrigadas ao cumprimento da cota de  
122 aprendizagem. O parecer técnico é favorável renovação do programa de socioaprendizagem e o  
123 parecer da Comissão Sociopedagógica acompanha o parecer técnico. O presidente questiona se  
124 algum(a) conselheiro(a) precisa de mais esclarecimentos. **Em regime de votação, o**  
125 **presidente pergunta ao colegiado sobre a aprovação do parecer da Comissão**  
126 **Sociopedagógica. A resposta é positiva e a SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO**  
127 **PROGRAMA DE SOCIOAPRENDIZAGEM DA ESPRO É APROVADA.** A técnica Ieda  
128 continua e coloca para deliberação do pleno a solicitação de renovação do Projeto de Formação  
129 para o Mundo do Trabalho da instituição Espro. O público alvo atendido é de adolescentes de  
130 14 a 17 anos e 11 meses com aulas ministradas no contra turno escolar; a carga horária é de  
131 100 ou 152 horas-aulas; a capacidade de atendimento é de 180 participantes, diz Ieda. A  
132 proposta pedagógica consiste na preparação do adolescente e ou jovem para a inserção e  
133 integração ao mundo do trabalho; contribuir para a construção de novos conhecimentos,  
134 formação e crescimento integral dos adolescentes; desenvolvimento de habilidades múltiplas,  
135 tais como, comunicação, verbalização, inclusão digital e orientação para percepção vocacional,  
136 completa a técnica. Entre os objetivos estão promover o desenvolvimento do senso crítico dos  
137 adolescentes e jovens; proporcionar o contato simulado com a realidade do ambiente  
138 corporativo do mundo do trabalho; favorecer a capacidade de agir com maior autonomia,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

139 comprometimento, assertividade, discernimento e responsabilidade; fortalecer dos vínculos  
140 familiares, comunitários e as relações interpessoais, diz a mesma. Ieda afirma que entre os  
141 trabalhos realizados com as famílias pode ser destacado as oficinas de convivência, com a  
142 disponibilização de temáticas essenciais adequadas a realidade apresentada ou identificada;  
143 oficinas de geração de renda desenvolvendo a emancipação e a conquista da autonomia e  
144 reuniões e acompanhamento sistemático com núcleo familiar, visando o incentivo na melhoria  
145 educacional e ampliação do conhecimento profissional dos adolescentes. Entre os resultados  
146 esperados estão ampliar o universo informacional e cultural de adolescentes e jovens, por meio  
147 das atividades que a conduzem ao senso crítico; despertar o senso protagonista com  
148 entendimentos e posturas compatíveis á exigências do mundo do trabalho; potencializar a  
149 inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho e, por fim, fortalecer os vínculos  
150 familiares e comunitários. O parecer técnico é favorável a renovação do projeto e o parecer da  
151 Comissão Sociopedagógica acompanha o parecer técnico. O presidente pergunta se algum(a)  
152 conselheiro(a) precisa de mais esclarecimentos. **Em regime de votação, o colegiado aprova o**  
153 **parecer da Comissão Sociopedagógica e a SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO**  
154 **PROJETO DE FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO DA ESPRO É**  
155 **APROVADA PELO PLENO.** O presidente Eduardo solicita seguir com a pauta e convida a  
156 técnica Roberta para fazer a apresentação das comissões Jurídica e de Revisão da Lei e  
157 Regimento Interno do Conselho Tutelar. Roberta afirma que acompanha as comissões  
158 conjuntamente com a técnica Aurely. Ela faz uma retrospectiva dos andamentos das reuniões a  
159 partir do ano de 2020 e traz um conjunto de referências nacionais na qual as comissões estão se  
160 baseando. A técnica coloca que nos anos de 2020-2021 as reuniões foram acompanhadas pelos  
161 consultores Fernando Silva e João Cândido e que todas possuem sistematizações. Ela diz que  
162 as reuniões de 2020 aconteceram nas seguintes datas: 15/01, 29/01, 05/02, 12/02 e 19/02. Após  
163 a reunião do dia 19/02, a mesma informa que o COMDICA, através de ofício, encaminhou aos  
164 conselhos tutelares a minuta da Lei para que o colegiado dos referidos conselhos fizessem as  
165 suas contribuições com supressões, acréscimos ou ajustes na redação. Porém, devido à  
166 pandemia da Covid-19 e, posterior, *Lockdown* decretado pelo Governo de Pernambuco, não  
167 houve devolutiva por parte do conselhos tutelares. Mais tarde foram realizadas eleições  
168 municipais e as devolutivas não chegaram para o COMDICA já que o documento não foi  
169 discutido entre os conselheiros(as) tutelares, afirma Roberta. A mesma acrescenta que, em  
170 2021, foram realizadas reuniões nos dias 09/08, 23/08, 20/09 e que a próxima está prevista para  
171 o dia 04/10. Ela acrescenta que no dia 20/09 ficou acordado o encaminhamento de um ofício  
172 para que os conselhos tutelares enviassem ao COMDICA um documento, num prazo de quinze  
173 dias, com uma relação dos atendimentos realizados no período de 2018 a 2020 (período  
174 anterior a pandemia). O ofício foi enviado e, até a presente data, apenas a RPA 05 encaminhou  
175 o documento, diz a técnica. Roberta lembra que os membros das comissões precisam ficar  
176 atentos(as) para encaminharem as devolutivas de reuniões e correções de atas em virtude dos  
177 prazos fornecidos pelo Ministério Público. O presidente coloca que foi encaminhada uma  
178 devolutiva dos(as) conselheiros(as) tutelares após reunião nos plenos, a partir dos pontos que  
179 desejam modificar. Ele acrescenta que o processo tem sido um pouco lento, mas que cada  
180 questão tem sido discutida em profundidade. Eduardo coloca que, em seguida, os consultores  
181 estarão no pleno do COMDICA finalizando a revisão da Lei Municipal dos Conselhos  
182 Tutelares e do Regimento Interno. O presidente Eduardo solicita seguir com a pauta e convida  
183 a técnica Aurely para fazer as apresentações das comissões de Políticas Públicas, Primeira  
184 Infância e GT Popinho. Aurely coloca que a Comissão de Políticas Públicas realizou uma



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

185 reunião no dia 19/09 e que o ponto de pauta foi o diálogo entre o COMDICA e as  
186 coordenações distritais da Saúde da Criança, Gerência de Saúde Mental, Gerência de Proteção  
187 Social Especial de Média Complexidade sobre as demandas de saúde apresentadas nos GT's de  
188 Risco das seis RPA's. As deliberações das reuniões foram reforçar nova convocação à  
189 Gerência de Saúde Mental para participação na próxima reunião da comissão que será  
190 realizada em outubro e convidar o CAPS Luiz Cerqueira para participação na referida reunião,  
191 diz a técnica. A mesma lembra que houve uma alteração no cronograma da comissão em  
192 virtude do seu período de férias e que a próxima reunião está prevista para acontecer no dia  
193 28/10. Ela lembra que os encaminhamentos só podem ser feitos após as deliberações dos(os)  
194 conselheiros(as) e que, por isso, a necessidade de um retorno breve do colegiado quanto os  
195 questionamentos dos(as) técnicos(as). O presidente afirma que o trabalho da Comissão de  
196 Políticas Públicas tem sido importante e que a participação do órgão nos GT's de Risco das  
197 RPA's contribui para o acompanhamento dos casos individualmente e traz um olhar do todo  
198 em torno da política pública. O mesmo lembra que é nos GT's de Riscos que lidamos com  
199 casos mais complexos e que lá é um espaço de articulação de vários órgãos do Sistema de  
200 Garantia de Direitos. Dando continuidade, a técnica Aurely informa que em 26/09 foi realizada  
201 a reunião do GT de Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Entre os  
202 pontos discutidos na reunião, a atualização da proposição COMDICA/FMCA de concorrência  
203 ao edital Itaú Social FIA 2021, modalidade de atendimento às crianças e adolescentes em  
204 situação de rua, e repasses e coleta de contribuições do GT de Atendimento à Crianças e  
205 Adolescentes. Ela lembra que o edital foi aprovado e lançado, que tem uma organização  
206 concorrente e que, futuramente, será apresentado o resultado da avaliação externa. Nas  
207 deliberação, a exposição da minuta de chamamento que foi apresentada no pleno de 31/08; a  
208 realização de reunião conjunta da Comissão de Políticas Públicas com membros do GT de  
209 Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e Gerência de Saúde Mental  
210 (Secretaria de Saúde / Coordenação da Saúde da Criança dos oito distritos sanitários / Gerência  
211 de Média Complexidade – CREAS e SEAS) e, ainda, a formalização de um convite à  
212 Coordenação do Programa Criança Não é de Rua para articulação com as organizações GRP/  
213 OPN/ MNMMR/PE na apresentação, em 30/09, dos dados da pesquisa realizada e publicada  
214 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), publicada em  
215 2020. Quem deve fazer a apresentação é Manoel Torquato, do Pequeno Nazareno, afirma  
216 Aurely. O presidente Eduardo lembra que no contexto da pandemia, dentre os grupos mais  
217 vulneráveis, estão crianças e adolescentes em situação de rua, acompanhados ou não de suas  
218 famílias. Ele afirma que o olhar tem sido atento e que os diversos serviços do município têm  
219 trabalhado de forma dialogada junto as organizações não governamentais que atuam neste  
220 segmento. Dando continuidade, Aurely informa que no dia 15/09 foi realizada a primeira  
221 reunião da Comissão de Monitoramento do Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife  
222 (PDPI) com as seguintes pautas: planejamento para a reunião pública de lançamento do Comitê  
223 Ampliado da Primeira Infância, em 22/09, e realização de Reunião Pública promovida pela  
224 Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara Municipal de Vereadores por solicitação  
225 do COMDICA. Entre as deliberações, emissão de ofícios convocando as representações para  
226 composição do Comitê Ampliado realizado pela secretária executiva e técnica responsável;  
227 acompanhamento na organização da reunião realizada pela assessoria do vereador Ivan Moraes  
228 com a participação da técnica que acompanha a comissão e da assessora Angélica; envio dos  
229 exemplares impressos do PDPI para os membros da comissão e, ainda, articulações para a  
230 formatação da pauta da 1ª reunião do Comitê Ampliado junto ao SEPIN e SEPLAG. Aurely



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

231 lembra que a primeira reunião do Comitê Ampliado do PDPI será realizado amanhã, 29, às 9h,  
232 e que, logo após o pleno, será encaminhado o convite. O presidente afirma que o COMDICA  
233 conseguiu publicar mil exemplares do Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife e que  
234 a versão online está disponível na parte de publicações do portal do COMDICA. Eduardo  
235 afirma que o documento físico facilita a compreensão e a apropriação do plano que pertence à  
236 Cidade do Recife, construído no âmbito do conselho municipal. Ele afirma que todas as  
237 entidades devem receber o plano e que, por questões de infraestrutura, estão sendo distribuídos  
238 os primeiros exemplares aos que estão diretamente vinculados ao monitoramento e a avaliação.  
239 O presidente afirma que, recentemente, a Secretaria Executiva da Primeira Infância  
240 disponibilizou para o COMDICA uma formação e que as vagas serão disponibilizadas para  
241 quinze pessoas de instituições. Ele diz que a proposta da formação é multiplicar o  
242 conhecimento. Assim, cada vez mais podemos trabalhar o tema, não só no âmbito das Políticas  
243 Públicas, executadas diretamente pelo município, mas também pelas organizações da  
244 sociedade civil, esclarece o mesmo. O conselho abriu o eixo de atendimento da Primeira  
245 Infância, mas, infelizmente, a fase do desenvolvimento infantil é pouco conhecida, lembra  
246 Eduardo. Ele diz ainda que o COMDICA está aberto às instituições que desejam participar do  
247 Comitê Ampliado. Aurely coloca que aconteceu uma reunião pública de lançamento do Comitê  
248 Ampliado do PDPI no dia 22/09, transmitido pelo canal do *YouTube* da Câmara de Vereadores  
249 do Recife. Ela esclarece que, a nível de monitoramento, existe uma comissão temática do  
250 COMDICA, publicada em Diário Oficial, e um Comitê Ampliado, instância do Marco Legal da  
251 Primeira Infância. Ela lembra que para compor o Comitê Ampliado, por solicitação da  
252 comissão, foram convidados representantes dos conselhos municipais de Assistência Social,  
253 Educação, Saúde e Segurança Alimentar; representantes das secretarias municipais ligadas ao  
254 PDPI; entre outros membros. A técnica adverte que no Comitê Ampliado faltam as indicações  
255 da REPI/PE; conselhos tutelares das RPA's 02, 03A, 03B e 05; CRESS 4ª região; CRP 2ª  
256 região; Fórum DCA; Defensoria Pública; Coordenadoria da Infância e Juventude para  
257 publicação em Diário Oficial. O presidente reforça a necessidade de ampliação da Comissão de  
258 Monitoramento do PDPI e faz o convite aos membros do colegiado para participação, em  
259 especial, as entidades da sociedade civil. Dito isto, dando seguimento ao pleno, Eduardo indica  
260 técnica Roberta para fazer a apresentação dos encaminhamento do Comitê de Gestão Colegiada  
261 da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de  
262 Violência. Roberta coloca que as reuniões, em 2020, aconteceram semanalmente e possuem  
263 sistematização. Aconteceram cinco reuniões do pleno, oito da coordenação executiva, três do  
264 GT do Regimento Interno e três do GT de Fluxos e Gargalos, diz a técnica. Ela afirma que as  
265 reuniões da coordenação reuniram a Polícia Militar, Defensoria Pública, CAOPIJ e Tribunal de  
266 Justiça. A mesma afirma que, em 2021, foram quatro plenos do comitê e que, dentro da agenda  
267 de reuniões dos plenos, foi dado início as Oficinas de Consolidação de Fluxos do Atendimento  
268 Integrado realizadas pela Consultoria Interkonexus. A técnica afirma que, por segmento, as  
269 oficinas foram as seguintes: Conselho Tutelar – 02; Saúde – 03; Assistência Social – 02;  
270 Educação – 02. Em 2021 foram sete reuniões da coordenação executiva, sendo uma com a Dra.  
271 Inalva Regina, delegada da DPCA, coloca Roberta. Ela lembra que há um demanda do  
272 Ministério Público para o envio das atas e que é muito importante que os membros do comitê  
273 respondam aos encaminhamentos da equipe técnica. O presidente informa que toda a sociedade  
274 civil pode participar do Comitê Gestor que discute a importância de evitar a revitimização de  
275 crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O que a Lei diz é que toda criança  
276 ou adolescente deve falar uma única vez sobre a violência sofrida e que o sistema deve



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

277 registrar e encaminhar, diz o mesmo. Ele afirma que o aprofundamento do que aconteceu será  
278 realizado apenas na esfera da Justiça, através de uma produção antecipada de provas, solicitada  
279 pela delegacia ao Ministério Público. O presidente diz que é, por isso, que o comitê é amplo e  
280 envolve todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Ele lembra que após os trabalhos  
281 de construção dos fluxos e pactuação dos protocolos de atendimento, acontecem as formações  
282 e construção de uma plataforma para profissionais que integram a rede, fases apoiadas pela  
283 *Childhood Brasil* e *Freedom Fund*. A técnica Roberta acrescenta que no dia 07/10 será  
284 realizada a oficina presencial com integrantes do Judiciário. Ela lembra que as sistematizações  
285 das oficinas de fluxos é de responsabilidade da Consultoria Interconexus. O presidente  
286 acrescenta que não estão sendo realizadas as reuniões dos plenos do comitê gestor por conta do  
287 processo de diálogo intersetorial. A secretária executiva Simone coloca da importância de  
288 atualizar as indicações das comissões em virtude da chegada de duas novas conselheiras:  
289 Larissa e Mirelle. A representante da Casa Menina Mulher, Larissa Torres Gomes, passa a  
290 integrar as comissões de Comunicação, Revisão e Alteração da Lei e do Regimento Interno do  
291 Conselho Tutelar e, ainda, da Alteração da Lei do COMDICA, diz a mesma. Ela informa que a  
292 representante da Escola Dom Bosco na Comissão de Comunicação passa a ser Mirelle da Silva  
293 Barros e que a conselheira Maria Auxiliadora (Dora) substitui a conselheira Márcia na  
294 Comissão do Simase. Simone comunica ainda da vacância na Comissão de Ética dos  
295 Conselhos Tutelares (Cedis). A conselheira Lourdinha solicita que as entidades que ocupam  
296 um menor número de comissões reflitam sobre a importância da representatividade no Cedis.  
297 A conselheira coloca a importância do saber sobre o assunto, mas reforça que ali também é  
298 uma espaço de aprendizagem. Lourdinha diz ainda do peso institucional que é fazer parte do  
299 COMDICA na representação da sociedade civil. O presidente Eduardo afirma que o Cedis é  
300 um espaço de compartilhamento de conhecimento e que, geralmente, é feita uma reunião por  
301 mês onde são distribuídos e julgados os processos administrativos que chegam até o órgão.  
302 Eduardo solicita a indicação o mais breve possível. Dito isto, o mesmo solicita a apresentação  
303 do Núcleo de Acolhimento Provisório (NAP) vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos  
304 Humanos do Governo do Estado. O representante do NAP, Felipe Barros, afirma que o público  
305 que o NAP atende são pessoas em situação de vulnerabilidades e ameaça iminente de risco de  
306 morte. Ele afirma que o NAP é um programa de proteção e está instituído na estrutura da  
307 Secretaria Executiva de Direitos Humanos (Lei Estadual nº 13.371/2007) e se localiza no  
308 Sistema Estadual de Proteção à Pessoas. O NAP se vincula à proteção juntamente com o  
309 Programa de Assistência a Vítimas, Testemunhas Ameaçadas e Familiares de Vítimas de  
310 Crimes do Estado de Pernambuco (PROVITA), o Programa de Proteção a Crianças e  
311 Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), o Programa Estadual de Proteção aos  
312 Defensores dos Direitos Humanos (PEPDDH) e a REAP que tem a função de articular os  
313 programas citados com as redes de serviços, diz o técnico. Felipe afirma que a execução  
314 financeira do programa é realizado através de Termo de Cooperação com a entidade executora  
315 Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social (IEDS). O NAP funciona em regime de plantão  
316 24h e a equipe do programa é composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados,  
317 coordenação e apoios administrativos e técnicos. Até 2020, o NAP era a única experiência de  
318 proteção provisória emergencial no país em 2020, diz o mesmo. O NAP realiza um  
319 acolhimento provisório e emergencial de quinze dias, podendo ser prorrogado por mais cinco  
320 dias, até que os programas de destino concluem o processo avaliativo para ingresso da pessoa  
321 em situação de ameaça e de seus familiares, diz o mesmo. Felipe lembra que o NAP trabalha  
322 na perspectiva do acolhimento institucional, mas não está situado na Política de Assistência



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

323 Social. O técnico explica que o acolhimento de crianças e adolescentes não ocorre se os  
324 mesmos estiverem desacompanhados e que este é um gargalo que tem sido discutido  
325 cotidianamente. O NAP só disponibiliza o acolhimento na modalidade familiar, diz ele. O  
326 NAP não faz acolhimento compulsório, só voluntário, de crianças e adolescentes e seus  
327 responsáveis legais, acrescenta o técnico. Ele afirma que cada acolhido e seus familiares são  
328 abrigados num local de proteção privativo e não dividem o espaço com ninguém. O técnico  
329 afirma também que o NAP garante o acolhimento, mas as “portas de entrada” são  
330 corresponsáveis pelos núcleos familiares. Os desligamentos do NAP acontecem por três vias:  
331 pessoa ameaçada é encaminhada para programa de destino na perspectiva da reinserção social;  
332 pessoa ameaçada consegue seguir para meio convencional de proteção (estabelecimento de  
333 moradia em outro município/estado por iniciativa própria) e pessoa ameaçada descumpre  
334 regras estabelecidas, diz Felipe. Ele coloca que as portas de entrada para o NAP são os  
335 conselhos tutelares, o Ministério Público e Defensoria Pública, Poder Judiciário e as polícias  
336 militar, civil e federal. Cerca de 80% das demandas do NAP consistem no acolhimento de  
337 crianças e adolescentes que são encaminhados, principalmente, pelos conselhos tutelares e  
338 Poder Judiciário (Vara da Infância e Juventude), fala Felipe. O presidente Eduardo agradece a  
339 apresentação e complementa que, além dos adolescentes de cumprimento de Medidas  
340 Socioeducativas, o NAP também atende os egressos de cumprimento de Medidas  
341 Socioeducativas (jovens de 18 a 21 anos). Eduardo acrescenta que o COMDICA está  
342 solicitando as inscrições do NAP e do PPCAAM no órgão, uma vez que os referidos  
343 programas atendem o município do Recife e é o que preconiza a Lei. Dito isto, o presidente  
344 pede para seguir com a apresentação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes  
345 Ameaçados de Morte (PPCAAM). A coordenadora do PPCAAM-PE, Ediane Isidório, informa  
346 que o PPCAAM foi implantado em 2007 e que, desde 2016, é executado através de Termo de  
347 Colaboração entre a União, Estado de Pernambuco e Sociedade Civil. Hoje a entidade que  
348 executa o programa é o Centro de Desenvolvimento e Cidadania - CDC, diz a mesma. O  
349 PPCAAM faz parte do Sistema Estadual de Proteção a Pessoas (eixo da defesa) e é formado  
350 pelas coordenações geral e técnica e mais treze profissionais de diversas áreas, afirma a  
351 coordenadora. Ediane coloca que entre os objetivos do PPCAAM está a proteção de crianças e  
352 adolescentes expostos a graves ameaças no território nacional, em conformidade com a Lei  
353 no 8.069/1990, e egressos do sistema socioeducativo, e que a proteção é estendida aos  
354 familiares com convivência habitual com o ameaçado, a fim de preservar a convivência  
355 familiar. Ela diz que o tempo do PPCAAM é de um ano, podendo ser prorrogado por mais um  
356 ano e que o programa recebe casos de outros estados, bem como encaminha casos para outros  
357 estados, dependendo da situação do risco. A coordenadora esclarece que poderão solicitar a  
358 inclusão do ameaçado no programa o conselho tutelar, o Ministério Público, a autoridade  
359 judicial competente e a Defensoria Pública (decreto federal). Segundo o Artigo 11, a legislação  
360 orienta que a inclusão no programa deve considerar a urgência e a gravidade da ameaça, o  
361 interesse voluntário do ameaçado, outras formas de intervenção mais adequadas e a  
362 preservação e o fortalecimento do vínculo familiar. O ingresso no PPCAAM não poderá ser  
363 condicionado à colaboração em processo judicial ou inquérito policial, acrescenta a  
364 coordenadora. Quanto as etapas do processo de proteção, a mesma coloca a identificação da  
365 ameaça de morte que consiste numa pré-avaliação da porta de entrada; avaliação da equipe  
366 técnica com entrevista (em 24h marca e em cinco dias realiza a entrevista) e estudo de caso  
367 (aplica matriz de risco para identificação do local e modalidade mais adequada de proteção) e,  
368 ainda, o encaminhamento para a proteção provisória. Ao final do estudo de caso, a





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

369 coordenadora afirma que é encaminhado para a “porta de entrada” as informações referentes a  
370 modalidade de proteção adotada, local de proteção e solicitadas as documentações necessárias  
371 e informações complementares. Quanto ao processo de proteção, a coordenadora afirma que a  
372 acomodação em lugar seguro pode existir em três modalidades: familiar, institucional ou  
373 família solidária e, ainda, moradia independente. Quanto a modalidade de proteção onde as  
374 crianças e adolescentes estão sem os seus responsáveis legais, acolhimento institucional ou  
375 família solidária, a coordenadora afirma que é um grande gargalo para o programa. Ela diz que  
376 as vagas são insuficientes (não existem) e que há municipalização. A mesma afirma que o  
377 Gajop executa a modalidade Família Solidária e que no Estado existem vinte e quatro famílias  
378 que recebem crianças e adolescentes. O tempo limite é de três meses já que a família de origem  
379 precisa, em algum momento, receber a criança ou adolescente de volta e restabelecer os  
380 vínculos familiares, diz a mesma. A outra modalidade é a Moradia Independente para jovens  
381 egressos de Medidas Socioeducativas até 21 anos, informa a coordenadora. Ediane afirma que  
382 o trabalho é realizado para que a moradia seja próxima de uma Família Solidária já que muitos  
383 jovens não tem condições de ficar sozinhos e precisam de suporte, esclarece a mesma. A “porta  
384 de entrada” acompanha todos os casos do início ao fim (processo de desligamento), afirma ela.  
385 A Rede de Proteção precisa ficar próxima do PPCAAM. A coordenadora informa que, após a  
386 acomodação em lugar seguro em uma das modalidades apresentadas, o acompanhamento e  
387 monitoramento técnico é realizado através de visitas no lugar de proteção e diálogo com a rede  
388 até o desligamento da família. O desligamento só será realizado pelo PPCAAM quando houver  
389 condições sociais para tanto ou pode ser requerido pela família, assegura a mesma. Quebra de  
390 regras de segurança também pode ser um dos motivos de desligamento da família, enfatiza a  
391 coordenadora. Ediane garante que a quebra de algumas normas, como a prática de ato  
392 infracional, o desligamento é automático. A coordenadora finaliza a apresentação informando  
393 que os dados de janeiro a agosto/2021 são os seguintes: quarenta inclusões de crianças e  
394 adolescentes, trinta e um familiares de protegidos incluídos e um total de setenta e uma pessoas  
395 protegidas. Dito isto, o presidente solicita a apresentação do Programa Mais Vida, vinculado à  
396 Secretaria Executiva de Assistência Social do Recife. A gerente da Alta Complexidade,  
397 Marcella Glasner, informa que a denominação anterior do programa era PPVIDA e que surgiu  
398 no Recife, em 2015. Ela afirma que em seis anos de atendimento, de 2015 a março/2021, foram  
399 atendidas 478 crianças e adolescentes. O atendimento foi feito com duas entidades executoras,  
400 IEDS e IDGE, e dividido conforme o quantitativo de metas, diz Marcella. A gerente comunica  
401 que o serviço funciona sendo demandado pelas “portas de entrada”, podendo ser encaminhado  
402 pela própria Rede de Acolhimento ou Sistema de Garantia de Direitos. No primeiro momento,  
403 o acolhimento é feito em pousadas e depois encaminhado para casas com endereços sigilosos  
404 para que seja salvaguardada a vida, diz a mesma. Ela coloca que o programa foi criado para  
405 acolhimento provisório de, no máximo, trinta dias, prazo para avaliação e possível inclusão no  
406 PPCAAM, porém este prazo é muitas vezes extrapolado. Marcella afirma que alguns casos a  
407 criança ou adolescente não pode ser acolhido pela PPCAAM por não preencherem os  
408 requisitos necessários e a equipe do Mais Vida avalia qual é a melhor forma de inserção do  
409 jovem. A gerente lembra que, no último dia 24 de março, o contrato foi finalizado com as duas  
410 entidades executoras e que as instituições continuaram executando o programa com as pessoas  
411 que já estavam sendo protegidas. Marcella garante que existindo uma “porta de entrada” que  
412 faça acolhimento para crianças e adolescentes desacompanhadas, o município pretende não  
413 executar mais o programa de proteção. Atualmente o programa só tem um adolescente  
414 acolhido que será inserido amanhã, dia 29, no PPCAAM, afirma a mesma. Ela diz que o edital



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

415 para a contratação de uma entidade executora do programa está aberto e que duas entidades,  
416 IEDS e IDGE, entregaram a documentação solicitada. A gerente afirma que o prazo é de, no  
417 máximo, trinta dias, para que o município fique novamente habilitado para fazer o  
418 acolhimento. O presidente Eduardo afirma que, nos próximos dias, o COMDICA estará  
419 recebendo a documentação para a inscrição dos programas, serviços e projetos do NAP e  
420 PPCAAM para análise da Comissão Sociopedagógica. Eduardo propõe que no próximo pleno  
421 ordinário seja feita a apresentação da modalidade Família Solidária que é executado pelo  
422 Gajop. Dito isto, o presidente solicita que seja disponibilizado o manual do PPCAAM no portal  
423 do COMDICA. A coordenadora Ediane afirma que no site do CDC e da Secretaria da Justiça  
424 estão disponibilizados Nota Técnica com todos os procedimentos do PPCAAM, ficha de pré-  
425 avaliação e o Manual de Procedimentos. A gestora informa que encaminhará o link para  
426 compartilhamento. O presidente afirma que o assunto não finaliza neste pleno e que está  
427 dialogando com a coordenação nacional dos direitos das crianças e dos adolescentes de Brasília  
428 a disponibilidade de manuais físicos de procedimentos para os atores que estão diretamente  
429 vinculados ao GT de Proteção à Vida. A secretária executiva Simone afirma que consultou a  
430 coordenação nacional do PPCAAM, mas eles não tem exemplares físicos. **Informes Gerais** -  
431 A secretária executiva Simone informa que o Ministério Público encaminhou Procedimento  
432 Administrativo, em 08 de setembro do corrente, solicitando informações acerca da avaliação e  
433 monitoramento de políticas públicas de enfrentamento e prevenção a exploração do trabalho  
434 infantil pelo município nas festividades da festa de Nossa Senhora da Conceição e que a  
435 resposta deve ser encaminhada num prazo de trinta dias. Simone informa que o Ministério  
436 Público prorrogou em mais trinta dias o prazo para o encaminhamento das atas de junho, julho  
437 e agosto do Comitê de Gestão Colegiada. Simone informa que o Ministério Público  
438 encaminhou Procedimento Administrativo, em 21 de setembro do corrente, solicitando  
439 informações, num prazo de quinze dias, sobre a reunião ocorrida no dia 21 de maio do corrente  
440 entre o SEAB, Secretaria de Saúde e o Comitê de Gestão Colegiada cujo objetivo era discutir o  
441 fluxograma de encaminhamento das adolescentes grávidas e a capacitação dos conselheiros  
442 tutelares quanto ao tema. A técnica Roberta esclarece que a ata da reunião foi encaminhada e  
443 que aguarda apenas o envio das informações complementares do fluxograma, de  
444 responsabilidade da consultoria, para encaminhamento ao MP. Simone informa também que  
445 acontecerá pleno extraordinário, dia 05 de outubro, com o resultado do edital do Itaú Social.  
446 Não tendo nada mais que por si só mereça registro, o presidente agradece a participação de  
447 todas e de todos e encerra a reunião às 12h40.

448  
449 Recife, 28 de setembro de 2021

450  
451  
452 **Eduardo Paysan Gomes**  
453 *Presidente*

454  
455  
456 **Catarina de Santana Silva**  
457 *Vice-presidente*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

- 461 \_\_\_\_\_  
462 ***Maria de Lourdes de Sousa***  
463 *Tesoureira*  
464 \_\_\_\_\_  
465 \_\_\_\_\_  
466 ***Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha***  
467 *Secretária*  
468 \_\_\_\_\_  
469 \_\_\_\_\_  
470 ***Maria do Socorro da Conceição Moura Pessoa***  
471 *(Conselheira / Secretaria de Finanças)*  
472 \_\_\_\_\_  
473 \_\_\_\_\_  
474 ***Márcia de Souza Costa Melo***  
475 *(Conselheira / Gabinete do Prefeito)*  
476 \_\_\_\_\_  
477 \_\_\_\_\_  
478 ***Larissa Torres Gomes***  
479 *(Conselheira / Casa Menina Mulher)*  
480 \_\_\_\_\_  
481 \_\_\_\_\_  
482 ***Juliana Accioly Martins Nascimento***  
483 *(Conselheira / Centro Dom Helder Câmara de*  
484 *Estudo e Ação Social-CENDHEC)*  
485 \_\_\_\_\_  
486 \_\_\_\_\_  
487 ***Fabiola Maria Santiago de Farias***  
488 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)*  
489 \_\_\_\_\_  
490 \_\_\_\_\_  
491 ***Cláudia Soares Magalhães Ribeiro Freitas***  
492 *(Conselheira / Secretaria de Saúde)*  
493 \_\_\_\_\_  
494 \_\_\_\_\_  
495 ***Bárbara Elias de Souza Cabral***  
496 *(Conselheira / Escola Dom Bosco-Inspetoria Salesiana do Nordeste)*  
497 \_\_\_\_\_  
498 \_\_\_\_\_  
499 ***Mirele da Silva Barros***  
500 *(Conselheira / Escola Dom Bosco-Inspetoria Salesiana do Nordeste)*  
501 \_\_\_\_\_  
502 \_\_\_\_\_  
503 ***Eliane França da Silva***  
504 *(Conselheira / Gabinete de Assessoria Jurídica*  
505 *às Organizações Populares – Gajop)*  
506 \_\_\_\_\_



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

507

508 ***Hemi Monique Vilas Boas de Andrade***

509 *(Conselheira / Centro de Integração*

510 *Empresa Escola de Pernambuco - CIEE)*

511

512

513 ***Aldenice Coelho de Souza***

514 *(Conselheira / Lar Presbiteriano Vale do Senhor)*

515

516

517 ***Maria de Fátima Lira Menezes***

518 *(Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência*

519 *de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade - APABB)*



# COMDICA